

30/10/2018 - 05:00

Bolsonaro perto do 'Tio Sam' e longe do Mercosul

Por **Francisco Góes**

O governo de Jair Bolsonaro fará mudanças importantes nas áreas de comércio exterior e de acordos comerciais a julgar pelas declarações feitas até o momento pelo próprio presidente eleito e pelos seus principais assessores econômicos. Com os Estados Unidos, o caminho será o de aprofundar uma relação que, historicamente, é importante. Ontem, o presidente americano, Donald Trump, usou a sua conta no Twitter para cumprimentar Bolsonaro pela vitória e se referiu à conversa que ambos tiveram depois de conhecido o resultado da eleição, no domingo: "Concordamos que o Brasil e os Estados Unidos trabalharão juntos em comércio, Forças Armadas e tudo mais!".

Se no caso dos Estados Unidos os sinais são de uma maior aproximação, na América do Sul poderá haver uma guinada. Na noite de domingo, o futuro ministro da Fazenda de Bolsonaro, Paulo Guedes, criticou o Mercosul e disse que o bloco não será prioridade. Em conversa com jornalistas, Guedes defendeu maior abertura comercial do Brasil com o mundo. Não está claro o que poderá acontecer com o Mercosul, união aduaneira criada nos anos 1990 e que reúne Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O financiamento para projetos de infraestrutura no exterior também deve mudar. Bolsonaro estaria disposto a acabar com o crédito à exportação para esse tipo de obra, o que, segundo especialistas, seria um "tiro no pé".

>> **Leia mais:** [Sinal de abertura comercial é positivo, afirma Azevêdo](#)

Ontem, em conversa com a imprensa, o futuro ministro da Casa Civil de Bolsonaro, o deputado federal Onyx Lorenzoni, atenuou as declarações de Guedes na véspera ao dizer que o Brasil deve continuar a trabalhar com "nossos irmãos" (do Mercosul). Disse, porém, que o país precisa priorizar relações bilaterais e buscar "alinhamento ideológico" com os EUA. Manter-se no Mercosul e perseguir acordos bilaterais não chegam a ser tarefas excludentes, mas podem exigir mudanças na união aduaneira.

Novo governo deve rever financiamento a obras no exterior

Sandra Rios, diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), diz que depois da abertura da economia em meados dos anos 1990, quando houve reduções sobre as tarifas de importação, o Brasil não fez mais nenhum movimento de liberalização em matéria comercial. As negociações entre Mercosul e União Europeia (UE) se arrastam há cerca de 20 anos sem resultados. Sandra acredita que faz sentido, para o Brasil, buscar uma abertura autônoma de sua economia que inclua redução programada de tarifas e de barreiras tarifárias e contenção de medidas de defesa comercial. A questão é como esse tipo de medida impacta o Mercosul, que toma suas decisões por consenso. Para Sandra, seria importante negociar uma reforma da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, que é aplicada sobre importações de fora do bloco.

Se não for possível chegar a um acordo para reduzir o nível de proteção da TEC, o Brasil poderia negociar um "waiver" (dispensa da exigência contratual) ou buscar a revisão do modelo da união aduaneira, liberando os países do bloco para negociar acordos separadamente. "Essa é uma questão a ser enfrentada", diz Sandra. Ela entende que não se deve, no entanto, atribuir ao Mercosul o fato de o Brasil não ter conseguido avançar em acordos comerciais relevantes. Houve problemas de falta de consenso, entre diferentes setores e órgãos governamentais brasileiros, para se chegar a esses acordos.

O embaixador José Alfredo Graça Lima, do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), tem avaliação semelhante. Ele escreveu um artigo com Sandra e com Pedro da Motta Veiga intitulado: "Por uma nova abertura da economia brasileira", no qual sugerem que se inicie um novo ciclo de política comercial no Brasil, com base em uma

reforma tarifária que confira maior racionalidade à estrutura de proteção, e reduza as tarifas de importação do país. Para Graça Lima, os contínuos superávits gerados pelo agronegócio fizeram com que o Brasil, do ponto de vista estritamente comercial, não precisasse de acordos comerciais. Houve, assim, acomodação em relação às tarifas de importação praticadas. O Brasil consolidou, na Organização Mundial do Comércio (OMC), tarifa-teto de importação de 35% para o setor industrial, mas a tarifa média praticada é de 14%. Para Graça Lima, o verdadeiro fator de impulso à liberalização comercial é a economia, uma vez que a produtividade da indústria manufatureira do Brasil se tornou declinante.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), avalia que eventual saída do Brasil do Mercosul precisa ser avaliada pois o bloco responde por 25% das exportações brasileiras de produtos manufaturados (só a Argentina é responsável por 20% do total). Apesar disso, Castro já chamou a atenção, no passado, que o Mercosul havia se tornado um bloco "ideológico", sem conseguir ser um mecanismo de impulso ao comércio na região.

Nestas eleições, a questão da ideologia nas relações comerciais voltou a ganhar destaque pela voz de Bolsonaro. Ele enfatizou que vai buscar fazer um comércio "sem viés ideológico" na América Latina. É nesse contexto que surge a possibilidade de o governo acabar com o financiamento à exportação de obras de engenharia no exterior.

Evaristo Pinheiro, presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - Infraestrutura (Sinicon), diz que a entidade buscará diálogo com o governo para "qualificar" o debate sobre o sistema de apoio à exportação de serviços de engenharia. O sistema brasileiro se apoia em três pilares: no crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à exportação de bens e serviços brasileiros, no seguro de crédito e na equalização de juros via Proex. A avaliação é que o sistema é bom, mas precisa de melhorias.

Países desenvolvidos e emergentes também têm agências de crédito à exportação. Na China, esse apoio se tornou mais forte. No Brasil, ao contrário, a exportação de serviços de engenharia encolheu como resultado da crise vivida pelas empreiteiras com a Lava-Jato. Apesar disso, as construtoras nacionais têm a qualidade de sua engenharia reconhecida no exterior. Ao ganhar projeto em um país, a empreiteira carrega junto muitos pequenos e médios fornecedores de máquinas e equipamentos. Para especialistas, se o Brasil optar por desmontar o seu sistema de apoio à exportação de serviços de engenharia, outros países vão ocupar o espaço das empresas brasileiras, sobretudo na América Latina e na África, onde o país é competitivo.

Francisco Góes é repórter

E-mail: francisco.goes@valor.com.br